



OLMA

Observatório Nacional
de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida



LENDO E REFLETINDO

Responsividade é mais que responsabilidade. Compromisso com os pobres é o Pacto das Catacumbas!

Pe. Aloir Pacini, sj

Resumo:

*A partir da canonização de Dom Oscar Romero e Missa da Terra Sem Males com seu chamado para o compromisso, da concepção de responsabilidade de Emmanuel Lévinas, o autor traz para a reflexão o conceito de responsividade para chamar a atenção dos leitores para o compromisso de todos pelo cuidado da casa comum, um alerta que o Papa Francisco trouxe na encíclica *Laudato Si* e que foi assumido pelas Campanhas da Fraternidade da Igreja Católica no Brasil nestes tempos da Quaresma desde 2016. Assim está indicado que as raízes desta maneira de ser da Igreja no Concílio Vaticano II se encontram profundamente vinculadas à Igreja dos primeiros tempos que buscam sua seiva nas catacumbas dos mártires em Roma e arredores.*

Com habilidade, José Oscar Beozzo¹ recorda os compromissos da Igreja Católica com os pobres, o que ficou conhecido como o *Pacto das Catacumbas*, porque foi selado com o sangue e a memória dos milhares de mártires que deram a vida no Império Romano, em Roma e nas periferias, pois os parentes de Jesus que aderiram ao cristianismo foram massacrados violentamente também. Penso que é importante rezar cada um dos 13 itens do *Pacto Espiritual*, pois foi esta a aliança sagrada que moveu a Igreja nestes cinquenta anos de Concílio Vaticano II, que alguns insistem em colocar de lado, ou até jogar no ralo ou no lixo. Mas o Papa Francisco reafirma que as maiores vítimas da degradação ambiental e da cultura do descarte são os pobres (*Laudato Si* 43-47). Por isso fez também ressuscitar neste dia 24 de março de 2018 com Dom Oscar Romero o povo salvadorenho que fora massacrado pelos militares.

Aconteceu em 22 de abril de 1979, na catedral metropolitana de São Paulo, a Missa da Terra Sem Males com a participação de cerca de 7 mil pessoas, concelebrada por quarenta bispos que se deixaram comover com a mística libertadora do Evangelho e o compromisso místico dos Guarani: a Terra sem males é nossa casa comum, a *Terra Nova e o Novo Céu* que Deus Pai criou e deu a seus filhos para cuidar. Por isso foi uma Missa de memória, perdão, denúncia e compromisso.

A "Memória" fez com que aparecesse no ritual 9 vezes a palavra "Compromisso". Precisamos de toda uma gestação para assimilar este desafio de responsabilidade pelo outro ameríndio de forma coletiva. Através da Missa toda, a Morte do Cristo e sua Ressurreição, sua Páscoa pessoal já completada, contrasta-se com a Páscoa ameríndia, carregada de

¹ BEOZZO, José Oscar. *Pacto das Catacumbas. Por uma Igreja servidora e pobre*. Paulinas. 2015.



OLMA

Observatório Nacional
de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida



mortes, mas ainda com pouca Ressurreição no Brasil. Toda a Missa, entretanto, vem traspasada de uma incontida Esperança e uma inevitável responsabilidade evangélica e política, que torna acreditável e eficaz, aqui e agora a Escatologia cristã. Por isso a Missa da Terra-sem-males é uma missa que faz memória, denuncia e traz o perdão, para que, livres do pecado passado, possamos assumir a *responsividade* com uma terra mais justa e fraterna nestes tempos de criminalização das lideranças indígenas e populares no Brasil, desde o tempo do martírio de Marçal de Souza Tupã-Y (25/11/1983) até o de Marielle Franco (14/03/2018).

A ética da responsabilidade mostra que somos dependentes dos outros sem nos dar conta. Há algo irreduzível nas interações sociais e Emmanuel Lévinas é claro que a responsabilidade é para com o outro, se dá intrinsecamente na relação de liberdade com o Outro: “Só um ser livre é responsável” (Lévinas, 1978: 79), isto é, só podemos ser responsáveis se formos livres, o que supõe uma prioridade da responsabilidade sobre as discussões filosóficas a respeito da liberdade. Sentir-se impulsionado para agir em favor do outro é desempenhar a responsabilidade livremente acionada por quem pode viver o amor ágape.

Por isso vamos pensar a responsabilidade com Emmanuel Lévinas nas suas concepções interligadas: como uma reação ao outro de forma indeclinável; como uma reação a partir de nós mesmos diante da outra pessoa e suas exigências, pois somos responsáveis por nós mesmos diante de outra pessoa. Assim, Dom Oscar Romero não tinha dúvidas ao clamar para os soldados que não matassem o povo, pois Deus tem um mandamento maior: não matar! Contudo, a reação para o outro não pode substituir a outra pessoa em suas responsabilidades. Ou seja, ele só podia clamar para a consciência, mas não podia parar as balas dos fuzis: somos responsáveis pela outra pessoa que se encontra diante de outros mais.

Fiquei impressionado com um casal de uma das comunidades periféricas da cidade de Cuiabá que possui um filho dependente químico e que o assume com uma responsabilidade singular, dizendo que ele saiu deles. Por isso dizem que vão estar sempre ali para auxiliar quando ele retornar em suas recaídas. Foi justamente a este casal que me dirigi para acolher um outro rapaz de 28 anos que estava dormindo na rua, dependente da bebida alcoólica, extremamente carente porque a mãe faleceu quando tinha 3 anos e o pai com a madrasta não conseguiram manter o menino sob os laços de um amor verdadeiro. O pai veio a falecer quando tinha 9 anos e o mecanismo de compra de afeto virou um vício, um problema maior do que a dependência química, uma dependência afetiva que não permitia uma relação de responsabilidade e amor verdadeiro.

E a reação foi a esperada. O casal, já idoso, marcado com inúmeras decepções com o filho mais velho que também já é avô, acolheu o novo menino. Estávamos procurando conduzi-lo ao equilíbrio com vários auxílios para que ele fizesse uma experiência de amor responsável no seu aspecto maior, a *responsividade*. Algo enigmático e indeterminado foi acontecendo, pois o compromisso com este novo filho era escolha livre, não era da mesma



OLMA

Observatório Nacional
de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida



maneira que o assumido com o filho que está se tratando e também já é pai e avô, mas que não consegue a liberdade diante da bebida. A face do outro trazia a memória da responsabilidade indeclinável para com o filho natural, “porque é meu sangue”, argumenta a mãe. Uma obrigação brota nela e não pode ser evitada. Torna-se superior, apesar da outra pessoa ser indigente. O outro indigente que aproximou-se e se destacou da multidão, sem estes laços de parentesco, se tornou um filho do coração, mas ambos permanecem outras pessoas, ambas carentes de afeto e de auxílio.

Observo que a questão da responsabilidade por nós mesmos aflora diante das exigências do outro. Expostos ao olhar do outro somos agentes livres ou fragmentados para auxiliar o outro a se autogovernar, pois ninguém pode nos substituir na nossa responsabilidade. Embora seja difícil nos colocar “na pele do outro” indigente, podemos assumir o ponto de vista deste outro com o auxílio valioso da perspectiva antropológica. Este processo não reversível enquanto ainda acontece na dependência química, pode ser mudado quando cada um assumir a responsabilidade por si mesmo. Por isso só por um tempo se pode responder pela outra pessoa, conscientes do seu estranhamento de si mesmo e das exigências desta responsabilidade mais transitória em relação ao filho do coração.

A responsabilidade pelo outro quer chegar a responder ao outro. Assim somos responsáveis por nós mesmos, pelos outros e pelas ações dos outros, o que na oração de São Benedito nesta cuiabania pede para “ter comiseração com o próximo”, um sentimento por outra pessoa, especialmente em situações de sofrimento. Mesmo que não tenhamos causado esta dor ou outras dores, também não podemos declinar ou substituir esta responsabilidade de ser solidário como fez o Bom Samaritano que é Jesus (Lucas 10,30-37), o Cristo que sofreu a morte de Cruz, para ressuscitar.

Assim ficamos expostos à face das pessoas que sofrem e nos colocamos numa posição como se fosse o nosso próprio sofrimento. Jesus Cristo mostra que somos responsáveis pelo outro que é perseguido, e a responsabilidade pode levar as pessoas a desejarem a ocupar o lugar do outro nestes momentos de suplício. Depois ficamos sabendo que ninguém ocupa o lugar do outro, somente morremos no nosso lugar. O Brasil tem uma dívida enorme com os indígenas e os negros e só terá paz se reconhecer este lugar de reverência para os que constroem esta Nação. Os genocídios e etnocídios de tantas nações indígenas, entre elas os Charruas, tocam fundo em mim, como se o sofrimento das vítimas fosse meu e mesmo o sofrimento dos agentes também fosse meu. No caso do assassinato do meu pai, o sofrimento do perseguido e perseguidores também foi meu. Somente Jesus Cristo é o Cordeiro imolado no nosso lugar, o “bode expiatório” que clama aos perseguidores para que sessem a perseguição aos negros e índios para não haver mais sofrimento. As responsabilidades são infinitas para Emmanuel Lévinas² e me atrevi ao

² Emmanuel Lévinas, por passar pelos Campos de Concentração e extermínio de judeus, teve a lucidez de consciência de sua responsabilidade também pelo perseguidor, chegou ao extremo da responsabilidade até pelos que não eram reconhecidas ou assumidas por ele. Por isso repete o que já dizia Dostoievski: “Somos todos culpados de tudo e por todos os homens antes de tudo e eu mais do que



OLMA

Observatório Nacional
de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida



neologismo para compreender que estaremos verdadeiramente livres se não deixarmos a violência tomar conta de nós, o apelo da Campanha da Fraternidade deste 2018.

Somos mais responsáveis que qualquer outra pessoa desde a nossa perspectiva. Falo isso para não nos apegarmos a qualquer desculpa, pois o próprio Jesus indica que “o próximo” é quem agiu, ou seja, quem se aproximou e não o Levita que só se preocupava com as regras do ritual, o sacerdote que tinha as mãos postas para trás para não comungar na Missão do Senhor e ficar só comer o seu corpo e sangue sem compromisso ou o escriba que só tinha palavras vazias, também sem compromisso. Assim chegamos a um bom lugar: somos todos responsáveis uns pelos outros, de modo especial pelos perseguidos e marginalizados, mas os níveis de responsabilidade podem auxiliar a nos ver face a face e o nível mais elevado está indicado no Bom Samaritano. Isso seria o *bem viver* na cultura dos povos indígenas.

A temática abordada neste ensaio que deseja trazer para a mesa do dia a dia, para não dizer logo da Eucaristia, o conceito de *responsividade*, quer falar da necessidade de pensarmos o cuidado da nossa casa comum (*oikos, sacra gaia, Mãe Terra...*) e das pessoas em geral através de um atalho. Não quero falar apenas a partir do cristianismo que traz a compreensão de que todos somos irmãos em Cristo Jesus, o Filho de Deus, nem do ano dedicado à Vida Consagrada ou do Ano da Misericórdia que o Papa Francisco iniciou em 08/12/2015, mas a partir de uma percepção simplesmente humana (indígena) de que somos todos seres vivos interligados.

Temos uma sociedade que produz alimento suficiente para todos os seres humanos, mas uma parcela da população passa fome e a forma de organização social e econômica do mundo tem aceitado isso quase que como algo normal. Enquanto alguns são obesos por excesso de alimentos e gastam grande parte dos recursos do planeta, a grande maioria da população vive com migalhas, são desnutridos e lhes falta até o mínimo necessário. Em outubro 2014, o Credit Suisse mostrou que o 1% mais rico detinha 48,2% da riqueza mundial, enquanto os outros 99% ficavam com os 51,8%.³ Definitivamente essa lógica capitalista não é a lógica indígena e não pode ser a lógica dos discípulos de Jesus Cristo.

Tenho observado que o fluxo de recursos entre os indígenas tem suas lógicas culturais de distribuição e os laços familiares e étnicos possuem mecanismos de preservar os direitos das pessoas. Esclarecendo, juridicamente os pais, esposos, parentes possuem mecanismos de distribuição dos bens e uns trabalham para o sustento dos outros, especialmente dos mais fracos em muitos casos. Apesar de termos problemas nesta forma

os outros” (Lévinas. 1985: 98 e 101). Examinamos os vários estados subjetivos da reação consciente diante da ansiedade e da falta de limites da existência, o medo da morte e a insônia, características dos dois filhos do casal mencionado que tornam mais vulneráveis as relações face a face.

³ A ONG Oxfam afirma que a riqueza deste 1% é derivada de atividades em poucos setores, sendo os de finanças e seguros os principais e os de serviços médicos e indústria farmacêutica dois com grande crescimento em 2013 e 2014. A Oxfam mostrou ainda que, em 2016, as 37 milhões de pessoas que compõem o 1% mais rico da população mundial terão mais dinheiro do que os outros 99% juntos, e mais, o 1% mais rico terá mais de 50% dos bens e patrimônios existentes no mundo.



OLMA

Observatório Nacional
de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida



jurídica de imputar responsabilidade das pessoas e dos Estados para com os seus cidadãos, parece que se pode, por exemplo, no Brasil, chamar a responsabilidade do pai para o sustento dos filhos com o auxílio do teste de DNA. Não é este aspecto que desejo trabalhar, mas chamar para pensarmos que *viver bem* tem a ver com o cuidado do outro de forma mais geral, pois não posso estar totalmente bem se outra pessoa sofre, não posso cruzar os braços enquanto ainda existem pessoas doentes, sofrendo com fome etc.

Por isso, o princípio da *liberdade* e da *igualdade* da Revolução Francesa precisam encontrar a *fraternidade* para o seu justo equilíbrio. Ou alargamos o conceito de responsabilidade social ou vamos esculpindo o da *responsividade* para abrir os olhos, a mente e o coração para irmos além do que temos visto até os dias de hoje, pois exacerbamos o individualismo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e não conseguimos articular bem o sentimento de que somos todos irmãos, ao menos os que oficialmente fazemos parte da humanidade e, muito menos, o que o Papa Francisco tem recuperado pela *Laudato Si* e que os indígenas desde sempre têm afirmado, que somos também irmãos de todos os elementos da natureza.

Para elucidar um pouco mais deste conceito vou utilizar um caso concreto, pois estamos acostumados com as responsabilidades de cidadãos ou de laços familiares e desejo ir adiante. Aqui quero discutir como a antropologia compreende a questão etnográfica indígena na contemporaneidade e os seus desafios para desvencilhar os entraves e os engessamentos de algumas posturas em torno da questão do afirmar-se indígena ou negar tal condição. Aqui quero falar da atitude reflexiva do povo Chiquitano e das lutas coletivas por eles engendradas para reconquistar o território perdido que estão ligadas à conquista e o reconhecimento da sua identidade étnica.

Partindo dessa questão, desejo desencadear um conjunto de escritos e ações que influenciem e tragam visibilidade para as estratégias históricas constituídas pelos indígenas Charruas, Guaranis, Wapichanas ou Chiquitanos. Nesse dever do efetivo exercício da profissão antropológica com muitas dualidades que não são dificuldades, mas oportunidades para articular campos diferentes do ser e do saber. Por exemplo, defendo a tese de que a identidade étnica e o território Chiquitano estão ligadas como as dobradiças numa porta na fronteira para formar a *casa* do Brasil ou da Bolívia. Por meio da produção de conhecimentos acadêmicos, revela-se o domínio do poder político que quer desumanizar e despersonalizar as comunidades indígenas que vivem como “minorias”, apesar de serem a maioria da população da fronteira em estudo.

No entrelaçar desta teia cosmológica Chiquitana, um dos “nós” pode se ajustar e muitos sujeitos se desvelam perguntando-se: “Onde estou e quem sou eu?” O cenário já está montado e o “sujeito subversivo” *Manoel Chiquitano Brasileiro*⁴ grita denunciando a sua

⁴ Nesse particular, com base nos textos já escritos e usando o material etnográfico da Tese (Pacini, 2012), assessoriei o documentário produzido pela Etnodoc: *Manoel Chiquitano Brasileiro*, e cedi as imagens e o tempo para a produção deste filme que sofreu censura, mas resistiu e sobreviveu às intempéries. Para detalhes a respeito da produção do filme ver: PACINI, 2015: 143-167 (*Manoel*



OLMA

Observatório Nacional
de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida



condição, não aceitando mais se ver “refém” dos processos da ideologia reinante na região da fronteira com a Bolívia que quer abafar as consciências Chiquitanas. Alguns corajosos agora reivindicam o seu direito de terem “identidade indígena” e o de serem reconhecidos como “cidadãos” no Brasil, pois nascidos nestas terras, possuem direitos e deveres no exercício das suas políticas diferenciadas.

O “grito de guerra” que o índio Manoel Chiquitano Brasileiro deu, foi pano para manga, pois ecoou para além da fronteira Bolívia-Brasil, assustou e acordou até os colonizadores e apadrinhados políticos do Estado de Mato Grosso que tomaram suas terras para além do espanhol e do português, e estes agora já não estão mais com medo do comunismo, mas dos processos de descolonização atuais. Nesta tentativa de conseguir um documento pessoal de identidade, a etnografia suscita a discussão a respeito da cidadania que esta identidade indígena possui e faz dela sair a confirmação de que ele é um índio Chiquitano, descendente dos primeiros habitantes das Américas. Interessante é ressaltar que a luta de todo o povo Chiquitano é coletiva, porque atravessa um conflito de identidade étnica destes indígenas que vivem nos dois países e que foram sendo separados ao longo de sua história por uma fronteira política que não desejaram e nem sequer foram consultados para poder passar por este ou aquele local.

Tendo em vista que os Chiquitanos vêm buscando a demarcação de suas terras tradicionais, o filme mostra as conseqüentes pressões que esta etnia sofre por parte dos que tomaram estas terras, ou seja, grandes fazendeiros e pecuaristas da região na fronteira Brasil-Bolívia, a maioria políticos e militares do Mato Grosso. Apesar destas mazelas, não trata-se de um filme apelativo ou triste. A cineasta Glorinha Albuês conseguiu colocar arte na montagem deste documentário, e as imagens selecionadas estão cheias da esperança, da força que atravessa a religiosidade enraizada que faz esta etnia resgatar as suas origens. Através da Romaria de Santa Ana que sai de Santa Ana na Bolívia e percorre as comunidades indígenas de ambos os países, os Chiquitanos cheios de fé desafiam os limites impostos pela fronteira, na tentativa de se reencontrarem e se reconhecerem como iguais. O filme é intrigante, inquietador e, sobretudo, comovente, pois conseguiu captar a “essência do ser” Chiquitano.

Enquanto sujeitos no mundo contemporâneo, podemos agora buscar e levantar os conhecimentos relevantes que norteiam a trajetória do povo Chiquitano da região de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, pois os processos de construção dos caminhos e descaminhos (*cabriteiras* que são usadas para contrabandos, roubos e tráfico de drogas) e a análise antropológica apurada foi feita com esmero. Esta mesma problemática encontramos entre os Charruas na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina, os Guaranis no Mato Grosso do Sul na fronteira com o Paraguai e os Wapichana na fronteira de Roraima com a Guayana. Pelo processo colonizador, os povos mais antigos são postos como invasores de suas próprias terras quando estes reivindicam seus direitos a ela com o

Chiquitano Brasileiro, 2013, Brasil. Roteiro e montagem; Glória Albuês. Duração: 26 minutos. Disponível no *Youtube* com milhares de acessos).



OLMA

Observatório Nacional
de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida



argumento de que a terra não nos pertence como um bem a ser negociada, porque a ela pertencemos enquanto seres vivos.

Os 300 mil cristãos mortos no Oriente Médio se reproduziram nos 300 mil Guaranis que foram arrancados das Missões e levados escravos para São Paulo, com os 300 mil dos campos de concentração da Alemanha e aos 300 mil que foram mortos pelos militares em El Salvador. Por um ou por milhares somos responsáveis: o que foi acolhido pelo casal de idosos como um filho do coração voltou para a casa antiga da madrasta e os noticiários anunciaram que este foi morto a pauladas pela madrasta. Nem tudo conseguimos evitar, mas o que podemos fazer está na nossa responsabilidade. Mas cremos firmemente na Páscoa e, mesmo com todas as mazelas deste nosso tempo, passamos da morte à vida eterna. A nossa *responsividade* continua enquanto estamos insistentemente trabalhando para construir este Brasil sem violência, mais justo e fraterno para ser de justiça e paz.

É importante que os estudantes de todos os níveis promovam uma mudança de mentalidade nos debates das Ciências Humanas, pois como cidadãos também nós estamos para intervir no contexto atual, ressignificando os conflitos sociais, proporcionando compreensões mais adequadas da realidade das etnias indígenas e interagindo no processo histórico-social. Este processo requer cada vez mais pessoas conscientes da diversidade étnica humana e da necessidade de respeitar o Outro. Somente com *responsividade* que é mais do que a responsabilidade que estamos vendo brotar aqui e acolá nos momentos de catástrofes, de mãos dadas, é que podemos exercer a cidadania, conscientes de que ela continua relativa, ou melhor, relacional e nos torna verdadeiramente humanos.

LÉVINAS, Emmanuel. *Ethics and infinity: conversations with Philippe Nemo*. Pittsburgh/PA: Duquesne University Press. 1985.

LÉVINAS, Emmanuel. *Existence and existents*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1978.

PACINI, Aloir. *As identidades nas fronteiras: o caso de Manoel Chiquitano*. in CÓRDOBA, Lorena e COMBÈS, Isabelle (eds.) *En el corazón de América del Sur (vol 1) Antropología, Arqueología, História*. Biblioteca del Museo de Historia. / UGRM. Santa Cruz de la Sierra – Bolivia. 2015: 143-167. (ISBN 978-99974-858-8-5)

PACINI, Aloir. *Identidade étnica e território chiquitano na fronteira (Brasil-Bolívia)*. Tese de doutorado pelo PPGAS-IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2012.

Sobre o autor:

Aloir Pacini possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990), graduação em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (1996), mestrado em Programa de Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Atualmente é adjunto III da Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena (Chiquitanos, Rikbaktsa, Manoki, Apiaká, Kawaiwete (Kayabi), Boe (Bororo), Xavante, Kysedje (Suyá), Terena, Guarani, etc.), Quilombolas e Comunidades Tradicionais.